

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

O CÓDIGO DE POSTURAS E O ADVENTO DO *SHOPPING* POPULAR

Cláudio Roberto de Jesus¹ (Fundação João Pinheiro – FJP/MG)

Resumo: O processo de criação e efetivação do Código de Posturas 2003 em Belo Horizonte/MG, alterou significativamente não só a paisagem da área central da capital mineira, mas também os sujeitos trabalhadores que atuavam no comércio popular, especialmente os camelôs. A criação do *shopping* popular foi crucial para tal transformação. Se o antigo camelô absorvia em seu trabalho uma cultura da rua, não institucionalizada pelos meios burocráticos tradicionais, o trabalhador/empreendedor do *shopping* popular tem características distintas. O presente artigo procura fazer uma breve análise das principais transformações nas relações do comércio popular em Belo Horizonte antes e após a efetivação do Código de Posturas 2003 e a criação do Shopping popular.

Palavras-Chave: camelô; reestruturação urbana; *shopping* popular.

The “Codigo de Posturas” and the coming of the popular shopping mall

The creation and effectiveness of the “Código de Posturas” on Belo Horizonte, 2003, changed meaningfully not only the central landscape of the Minas Gerais capital, but the workers at the popular commerce, especially the street vendors. The creation of a popular shopping mall was crucial to that change. If the former street vendors absorbed in his work a street culture, not institutionalized by the traditional bureaucracy, the worker/entrepreneurship of the popular shopping mall show different characteristics. This paper seek a brief analysis of the main changes inside the relationships of the popular commerce in Belo Horizonte (Brazil) before and after the effectiveness of the “Código de Posturas” in 2003 and the creation of the popular shopping mall.

Key words: Street vendor; urban re-structuration; popular shopping mall.

Introdução

¹ Sociólogo (UFMG), Mestre em Economia Social e do Trabalho (UNICAMP) e Doutor em Geografia (UFMG). Analista de Pesquisa e Ensino I da Fundação João Pinheiro – FJPMG.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Dotado de grande vivacidade, o hipercentro de Belo Horizonte a partir do início dos anos 2000 passou por uma ampla “revitalização”, promovida pelo projeto Centro Vivo. O objetivo dessa empreitada era promover a “requalificação” dessa área, encampando assim novas funcionalidades e investimentos do poder público e da iniciativa privada. (JESUS, 2011) No seio desse programa, outra forma-conteúdo instrumental é concebida: trata-se do *Programa Olho Vivo*, que foi implantado com o “objetivo de diminuir o índice de ocorrência de delitos e aumentar a segurança da população².” (CDL-BH)

O discurso que justificou tais práticas é legitimado pela ideia de executar um controle ou erradicação do chamado “caos urbano”, promovendo assim um espaço instrumentalizado que seja capaz de (des)articular a própria realização da vida. Ao mesmo tempo em que se fortalecia a imagem de degradação e caos da área central, havia também uma preocupação do poder público em ordenar o espaço. A ideia de um código de posturas ocorre na década de 1980 e vai germinar lentamente até o ano de 2003.

A administração municipal, na época do prefeito Patrus Ananias (1993-1996), havia licenciado mais de dois mil camelôs, o que, em alguma medida, gerou uma expectativa entre eles de permanência da atividade na cidade. Porém, essa forma de regulação apresentava alguns problemas, porque no momento em que licencia, a Prefeitura se torna corresponsável por aquilo que o camelô está vendendo. Não só havia produtos de difícil controle de qualidade, como é o caso dos alimentos, mas também proliferaram na cidade produtos eletrônicos oriundos de contrabando.

Outro problema que surgiu para o poder público foram os “toreros”. Na década de 1990, houve elevação no número de desempregados, o que contribuiu, em certa medida, para o aumento da informalidade. Porém, percebe-se que, no tocante aos camelôs, houve uma proliferação de trabalhadores, não só na área central da cidade, mas também em outras centralidades da periferia, como nas regiões de Venda Nova e do Barreiro. A Prefeitura procurou conter o crescimento dos camelôs através do cadastramento, controle e padronização das barracas. Foi estabelecida uma distância mínima entre as barracas para melhorar a circulação dos pedestres e a atuação da fiscalização municipal. Porém, gradualmente, outros

² Para maior detalhamento dos objetivos do *Programa Olho Vivo*, veja <http://www.cdldbh.com.br/interna.aspx?fo=82>.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

indivíduos passaram a vender produtos sem a permissão da Prefeitura. Eles invadiram, na “tora”, um espaço entre um camelô e outro – daí a denominação *torero*. A atividade dos toreros tornou-se intensa, e eles foram chamados a negociar com o poder municipal uma forma de desocupar as calçadas. Depois de um acordo para retirada dos toreros, eles constituíram as *minifeiras*, como eles chamavam, que eram concentrações de toreros em determinados lugares, como na Rua dos Carijós, um dos lugares mais conturbados do ponto de vista do imobiliário urbano, da passagem de pedestre, de veículos. A situação na área central ficou ainda mais caótica, do ponto de vista da ação da Administração Municipal, dada a incapacidade de controle e fiscalização. Em grande medida, a Prefeitura não tinha controle sobre o espaço: a organização e os ritmos eram estabelecidos pelos e para os sujeitos da rua. A popularização da área central da cidade implicou outro tipo de ordenamento do espaço, o que, do ponto de vista das elites, aparecia como caos, mas obedecia a um ordenamento específico. (FOUCAULT, 2008)

O discurso oficial apresenta a área central de Belo Horizonte na década de 1990 pela ótica da cidade privatizada:

Olha, nós tínhamos aí próximos de três mil camelôs e toreros, eles foram cadastrados, quando o código de postura foi aprovado. Agora a questão da rua de qualquer cidade, de grande parte das cidades de Minas Gerais, é que estão privatizadas e você encontra a privatização de várias maneiras.

O comerciante quando invade uma rua e fecha com cadeiras, ele está tentando privatizar aquela rua. Os camelôs, quando estão nas calçadas, estão privatizando a calçada, o tomador de carro, quando ele quer te cobrar uma taxa, está privatizando a rua, na medida em que o empresário invade uma área pública para estender o seu estabelecimento comercial, ele tá tentando privatizar também essa área pública, no caso.

Então você tem que ter normas para proibir isso, e as normas têm que ser iguais para todos. (Funcionário da Regional Centro-Sul)

Os camelôs e toreros tornaram-se, do ponto de vista do poder público, os principais responsáveis pelo caos urbano, pois

(...) o problema não era o camelô, o problema era a barraca dele. Essa barraca provocava um cenário na região central que dificultava inclusive a segurança, pensando em um só desdobramento.

Com a retirada das barracas, o nosso projeto, que se chama Olho Vivo, foi implementado com eficácia, mas o Olho Vivo implantado com barraca para todo lado ele não tem nenhuma finalidade.

Com o Olho Vivo você tem uma câmera, por exemplo, em um cruzamento da Carijós com São Paulo, a visão dele chega até ali na Avenida Paraná. Se houvesse barraca de camelô as câmeras não teriam eficácia nenhuma.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A segurança no centro melhorou com as retiradas das barracas e a eficácia do Olho Vivo, zonas que eram consideradas quentes se tornaram mornas. (...) (...) Ela (*a bandidagem*) perdeu o cenário, hoje, por exemplo, quando o indivíduo bate uma carteira no centro de longe com o Olho Vivo você já faz o flagrante e se ele for preso, por exemplo, vai ter a comprovação da carteira. (Funcionário da Regional Centro-Sul. Destaque nosso.)

Difícil é dizer de que forma a cidade se tornou pública, ou menos privatizada, com o sistema de vigilância eletrônica. O importante é chamar a atenção para o fato de que os camelôs e toreros passaram a ser responsabilizados não só pela insegurança pública, mas também pela instauração do caos urbano, pois dificultavam a mobilidade dos pedestres, sujavam as vias e concorriam de maneira desleal com o comércio formal.

No final dos anos 1990, criou-se uma imagem de que a situação na área central era incontrolável, principalmente em relação aos camelôs, pois a Prefeitura não tinha nenhum controle sobre o número de barracas e as atividades desenvolvidas por eles. Havia um cadastro dos trabalhadores licenciados, mas que, na prática, não correspondia efetivamente ao contingente que atuava na rua. A fiscalização era muito tímida e carecia de um instrumento legal eficaz para atuar de forma decisiva e coibir a proliferação dos toreros e camelôs não cadastrados.

Eu lembro que eu cheguei aqui (prefeitura) a primeira coisa que minha chefe me perguntou era se eu ia pegar camelô na rua. Como eu queria ficar aqui na Centro-Sul, porque se a gente falasse que não, ela falava “então você não vai poder ficar aqui, porque o trabalho aqui é esse”, aí eu falei assim: nós pegamos sim. A gente trabalhava a semana inteira na rua com os comerciantes lá no Centro, andando, o trabalho do fiscal é solitário, você tá com sua pastinha, você tem seu serviço, faz seu serviço, você tem meta diária, você faz sua meta, você vai para casa. Mas no domingo a gente tava aqui, coibindo os camelôs na Feira de Artes e Artesanato. Quando a gente ia sozinha pro Centro, eles tentavam pegar a gente e às vezes tínhamos que esconder, porque eles vinham pra cima. Aí foi aquela confusão, a gente não estava aceitando isso, mas nós fizemos concurso pra isso e tudo, e conseguimos no governo Patrus criar um cargo só pra fiscal de vias urbanas que ia tratar desse pessoal. Aí separou, então criou outro cargo, nós ficamos só com a parte do comércio formal e eles ficaram com a parte do comércio informal. E foi aí que pessoas mais qualificadas começaram a entrar, porque o concurso era de 2º grau, mas passava todo mundo de nível superior, e foi aonde nós conseguimos alavancar nessa questão assim, de querer uma legislação compatível pro nosso trabalho, que a gente pudesse fazer tudo de acordo (...) (Funcionário da fiscalização - PBH)

Ao longo da década de 1990, houve uma conjuntura econômica que favoreceu o aumento do número de camelôs e toreros, tanto por conta do aumento do desemprego quanto

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

pela abundância de produtos oriundos do Paraguai. Nesse sentido, a atividade de comércio informal tornou-se não só uma forma de sobrevivência, mas uma atividade extremamente rentável para uma parte dos proprietários de barracas. Naquele momento, a palavra **camelô** abrigava uma diversidade de situações no comércio informal: atacadistas de frutas, pessoas que se ocupavam especificamente de buscar produtos eletrônicos no Paraguai, donos de barracas que sublocavam o espaço, trabalhadores assalariados informais, dentre outros. Ao mesmo tempo em que a atividade do camelô se expandia, tornou-se também um problema em diversas instâncias do poder público. Tais trabalhadores tornaram-se um incômodo não só para a Administração Regional Centro-Sul e seus fiscais, mas também para a vigilância sanitária, a segurança pública e os comerciantes. A administração Patrus Ananias optou pelo controle e fiscalização da atividade enquanto era aberto um canal de negociação para que tais trabalhadores pudessem ser remanejados para outros locais.

(...) com esse novo momento, do governo do Patrus, a possibilidade de que se instalasse o contraditório na cidade foi um grande avanço, foi uma conquista democrática. O debate levou a alguns conflitos, como foi o relacionado com o comércio ambulante. As discussões ocorreram em um período muito prolongado e numa estrutura em que eles tinham voz. Então a proposta, as propostas dos *shoppings* populares se deu como parte de uma etapa superior de uma estruturação anterior dos ambulantes, dos camelôs. (Ex-vereador de Belo Horizonte)

Porém, é preciso ressaltar que a proposta dos *shoppings* populares dos camelôs era diferente do que foi apresentado pela Prefeitura. Os debates, na época do prefeito Patrus, tendiam para se pensar uma saída para o problema dos camelôs através do fortalecimento de uma economia popular, ou economia social, conforme José Luis Coraggio³. As discussões acerca da saída dos camelôs das ruas envolvia não só as partes diretamente interessadas, mas também representantes do legislativo, e refletiam em grande medida o princípio da gestão Patrus de inversão de prioridades. Essa perspectiva rompe-se posteriormente.

Há uma diferenciação. O Patrus inicia um processo em que se abre a cidade para os mais pobres, como ele dizia. Você tinha como prioridade um, a gente discutia muito no partido, o projeto que nós considerávamos mais importante. A prioridade número um era a inversão de prioridades. A segunda tarefa era a melhoria da qualidade de serviços. E a terceira, o processo de participação democrática. Então a administração Patrus teve a preocupação de ser descentralizada, preocupada com as periferias, com as precariedades com as camadas populares. Claro que a administração Célio [de Castro] ainda manteve uma administração mais voltada para essa população, com um grau de interlocução também maior. A administração [Fernando] Pimentel ela já dá um

³ Desarrollo regional, espacio local y economía social.

Disponível em: http://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

tom de buscar abreviar resolutividades. Então a proposta do código de posturas e a proposta dos *shoppings* populares, já absorvem um componente de restrição ao uso do espaço. (Ex-vereador de Belo Horizonte)

Os trabalhadores do Oiapoque

Como descrito anteriormente, a passagem dos camelôs da rua para o *shopping* popular deu-se com a promulgação do Código de Posturas 2003, mas foi fruto de um longo processo. Ainda que não tenham ocorrido confrontos tão violentos quanto em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, dentre outras capitais, a mudança esteve longe de se efetuar pelo consenso e aceitação dos camelôs. A rede que se consolidou nos anos 1990 entre os camelôs apresentava certa fragilidade em termos de organização dos interesses comuns. Havia entre os trabalhadores algumas lideranças que estavam em diálogo constante com os representantes da Prefeitura, inclusive era desejo dos camelôs a saída das ruas. Porém, com a mudança na forma de negociar do poder público e com a intensificação do debate em torno da aprovação do novo Código de Posturas, houve uma fragmentação da organização dos camelôs.

Em agosto de 2003, foi feita a primeira transferência dos camelôs para o *Shopping* Oiapoque. Na inauguração, havia 180 *boxes*, que foram ocupados, no geral, pelos trabalhadores que ficavam no entorno da antiga fábrica de cerveja, que foi transformada no *shopping*. A maioria dos trabalhadores contemplados era composta de atacadistas que abasteciam a região central da cidade. Eles ficavam nas imediações da antiga cervejaria, e os camelôs da área central desciam para buscar mercadorias e abastecer as barracas. Esse foi um dos motivos para que, em pouco tempo, o Oi, como ficou conhecido, tivesse um grande movimento, pois a retirada das pessoas da rua não alterou suas vendas, aqueles camelôs não dependiam dos passantes. Com a mudança da paisagem no entorno do Oi, empreendida pelo poder público em parceria com entidades privadas, pessoas das mais diversas partes da cidade e de outros grupos sociais, especialmente a classe média, passaram a frequentar e a consumir os produtos ali vendidos. O efeito não esperado da transferência dos camelôs para o Oi criou a imagem de sucesso do *shopping* popular e deu impulso para a retirada de todos os camelôs da área central, com a inauguração de outros empreendimentos.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org



FIGURA 1 – *Shopping* Oiapoque, dez. 2006.
Fonte: Cláudio de Jesus, acervo pessoal.

Em agosto de 2004, foi inaugurado o *Shopping Xavantes*, em frente ao Oi e o Tupinambás, situado em outra região da área central. A proximidade com o *Shopping Oi* fez com que o movimento no Xavantes fosse satisfatório, ainda que bem inferior ao seu vizinho de frente. Houve ainda a inauguração do *Shopping Caetés* em dezembro de 2004.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org



FIGURA 2 – *Shopping Xavantes*, dez. 2006.
Fonte: Cláudio de Jesus, acervo pessoal.

No caso do *Shopping Tupinambás*, o “sucesso” não foi tão evidente como no caso do Oi. Os camelôs que foram transferidos para lá eram os que ocupavam a área central da cidade, estavam acostumados com o fluxo intenso de pedestres e as despesas que tinham com carregadores, guardadores e as taxas da Prefeitura eram pequenas em relação ao ganho com a venda de mercadorias. De acordo com entrevistas com antigos camelôs, houve muita relutância em mudar para lá, mas com a imagem criada pelo Oi e o cerceamento da Prefeitura, a transferência ocorreu para quase 800 camelôs. A região em que foi implantado o Tupinambás é pouco frequentada por pedestres, originalmente é uma região de lojas de material de marcenaria, casas de ferragens, parafusos. Sendo assim, o empreendimento foi desastroso, poucos camelôs tinham como pagar as taxas referentes ao aluguel dos *boxes*, uma vez que a clientela era escassa. A situação ficou mais dramática ainda para os trabalhadores que foram alocados no andar superior, pois raramente aparecia um cliente, ou mesmo curioso. Ainda de acordo com os antigos camelôs entrevistados, ocorreram vários casos de

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

trabalhadores endividados, deprimidos e até suicídio em função do ostracismo e acúmulo de dívidas. Curiosamente, o Tupinambás era o *shopping* que possuía a melhor infraestrutura, com estacionamento próprio, corredores amplos e mercadorias diversificadas. (NEVES, 2009)

O sucesso comercial do Oi e a significativa mudança ocorrida no uso dos espaços do seu entorno originou o mito do *shopping* popular. Ou seja, o bem-sucedido caso do Oi na verdade era bastante específico, pois havia ali uma atividade comercial já estabelecida de atacadistas e que foi potencializada com sua abertura para o varejo e pelo assédio da classe média. Para muitos, o *shopping* popular era a solução ideal para o problema dos camelôs e da cidade, só que não foram levadas em conta as peculiaridades de tal empreendimento.

Outro ponto que deve ser destacado diz respeito à reestruturação da rede dos camelôs, que ocorreu com a transferência para os *shoppings*. Do ponto de vista financeiro, criou-se um vigoroso comércio paralelo da posse dos boxes, que foram sorteados pela Prefeitura e, teoricamente, seriam destinados aos antigos camelôs. Os antigos camelôs entrevistados relatam as negociações que passaram a ocorrer desde o momento da transferência e que são bem comuns até nos dias atuais. Em um primeiro momento, as incertezas em relação à prosperidade do comércio no Oi fizeram com que muitos sorteados “vendessem” o boxe por um valor que variava de 5.000,00 a 10.000,00 reais. Posteriormente, com a solidificação das relações comerciais, houve uma valorização exponencial dos boxes, criando assim um circuito paralelo de valorização do espaço interno do Oi e com menor intensidade nos outros *shoppings*. Além disso, a atividade que atualmente se desenvolve fora da rua é apresentada pelo poder público como solução exemplar dos problemas de degradação da área central. No entanto, um olhar mais atento do cotidiano do Shopping Oi permite perceber a continuidade de uma complexa trama entre informalidade e ilegalidade. (LIMA, 2011)

No segundo semestre de 2006 foi realizado um *survey* com setenta e um trabalhadores do *Shopping* Oi, procurando fazer uma caracterização do seu perfil socioeconômico e das relações de trabalho ali estabelecidas. As entrevistas ocorreram em dias variados e foram realizadas com a pessoa que estava atendendo no boxe escolhido aleatoriamente. Dos entrevistados, 52,1% eram do sexo masculino, enquanto 47,9% eram do feminino, o que já mostra uma diferença importante em relação aos camelôs que estavam na área central em 1999. Em relação à faixa etária, chama a atenção o grande percentual de jovens entre 18 e 22

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

anos, como indica a Tabela 1. É significativo também o percentual de pessoas com mais de 35 anos.

TABELA 1
Perfil dos trabalhadores do *Shopping* Oiapoque (2006)

Idade	
	%
18 a 22 anos	42,3
23 a 26 anos	15,5
27 a 30 anos	9,9
31 a 34 anos	8,5
Mais de 35 anos	22,5
Menor	1,4
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Com relação à escolaridade o percentual de trabalhadores com segundo grau completo e até mesmo com nível superior é muito significativo. As informações iniciais permitem inferir que os trabalhadores do Oi, em 2006 não eram os mesmos das ruas da cidade de 1999. (BARBOSA, L. M. & ANDRADE, 1999)

TABELA 2
Perfil dos trabalhadores do *Shopping* Oiapoque (2006)

Escolaridade	
	%
Somente alfabetizado	1,4
Elementar incompleto ou 1a. a 3a. série do 1o. grau	4,3
Médio 1o. ciclo ou da 5a. a 8a. série do 1o. grau	18,6
Médio 2o. ciclo ou 2o. grau	71,4
Superior	4,3
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Em relação à renda chama a atenção na Tabela 3 o fato de que não há indícios, em um primeiro momento, de uma situação por demais precária em relação à renda. Há um número considerável de pessoas (52,5%) com renda familiar entre 2 e 3 salários mínimos da época, o que pode ter relação com o número de pessoas assalariadas sem carteira assinadas trabalhando nos *boxes* para alguém.

TABELA 3
Perfil dos trabalhadores do *Shopping* Oiapoque (2006)
Renda familiar

	%
Menos de 1 SM	3,3
2 a 3 SM	52,5
4 a 5 SM	14,8
6 a 10 SM	26,2
Mais de 10 SM	3,3
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Outra informação importante pode ser visualizada na Tabela 4. O número relativo de trabalhadores assalariados sem carteira assinada era bem mais alto do que entre os camelôs. Se em 1999 (BARBOSA, L. M. & ANDRADE, 1999) o percentual de assalariados sem carteira era de 29,5%, em 2006, no Oi, quase metade trabalhava nessas condições, percentual maior inclusive do que dos que se declararam autônomos/conta própria. Tal informação leva-nos a pensar que a passagem da rua para o *shopping* foi também um processo de mudança no perfil dos trabalhadores. Por um lado, há uma tentativa, por parte do poder público, em transformar o antigo camelô em empreendedor, através da oferta de cursos, consultorias e palestras. Por outro, a comercialização dos espaços internos do Oi influenciou fortemente na composição de um novo perfil dos proprietários dos *boxes*.

TABELA 4
Perfil dos trabalhadores do *Shopping* Oiapoque (2006)
Situação no mercado de trabalho

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

	%
Trabalho assalariado sem carteira assinada	44,3
Trabalho assalariado com carteira assinada	8,6
Proprietário / Empregador	7,1
Autônomo / Conta própria	40,0
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Quando questionados se haviam trabalhado anteriormente com carteira assinada, 58,6% responderam afirmativamente, enquanto os outros 41,4% disseram não ter tido experiência no mercado formal. Dos que tiveram carteira de trabalho assinada, a grande maioria ficou poucos anos na atividade, como informa a Tabela 5. Ou seja, grande parte dos trabalhadores não tinha experiência anterior de trabalho, ao mesmo tempo em que os que passaram pelo mercado formal tinham experiência de alta rotatividade.

TABELA 5
Perfil dos trabalhadores do *Shopping Oiapoque* (2006)
Tempo de trabalho com carteira assinada

	%
Ate 1 ano	22,5
1 a 2 anos	17,5
2 a 5 anos	25,0
5 a 10 anos	17,5
Mais de 10 anos	17,5
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Outro dado interessante diz respeito à comparação da situação em 2006 em relação à anterior no que diz respeito ao salário. Curiosamente, para a grande maioria dos que já tiveram experiência no mercado formal, a renda, em comparação com o salário, melhorou ou melhorou muito, como pode ser observado na Tabela 6. Nesse sentido, trabalhar no Oi, mesmo na situação de assalariado sem carteira assinada, significava maior ganho salarial.

TABELA 6

Perfil dos trabalhadores do *Shopping Oiapoque* (2006)
Em relação ao tempo de carteira assinada, como ficou o salário

	%
Melhorou muito	17,7
Melhorou	40,3
Nem melhorou, nem piorou	33,9
Piorou	4,8
Piorou muito	3,2
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Pode-se constatar a mesma relação quando se trata das condições de trabalho. Apenas uma minoria afirmou que as condições de trabalho ficaram piores do que quando estavam no trabalho formal, conforme se vê na Tabela 7:

TABELA 7

Perfil dos trabalhadores do *Shopping Oiapoque* (2006)
Em relação ao tempo de carteira assinada, como ficou a condição de trabalho.

	%
Melhorou muito	22,2
Melhorou	38,1
Nem melhorou, nem piorou	33,3
Piorou	3,2
Piorou muito	3,2
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Outro dado interessante diz respeito à pretensão de trabalhar com carteira de trabalho assinada novamente. Os dados são coerentes com as informações anteriores, pois a maioria dos entrevistados não deseja trabalhar com carteira assinada novamente.

TABELA 8

Perfil dos trabalhadores do *Shopping* Oiapoque (2006)

Gostaria de trabalhar com carteira assinada novamente?

	%
Sim	48,1
Não	51,9
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Ao serem questionados se estavam procurando emprego no mercado formal, apenas 24,3% responderam afirmativamente. Ou seja, um número expressivo das pessoas que nunca teve experiência no mercado formal não estava tentando entrar para ele. Nesse sentido, pode-se dizer que, no caso do Oi, a função de absorver parte da mão de obra que não tinha lugar no mercado formal estava sendo muito bem executada.

TABELA 9

Perfil dos trabalhadores do *Shopping* Oiapoque (2006)

Está procurando emprego no mercado formal?

	%
Sim	24,3
Não	75,7
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Mesmo com um número relativo expressivo de trabalhadores assalariados sem carteira assinada, houve uma maioria de respostas positivas em relação à satisfação com o trabalho, como indica a Tabela 10. A pesquisa falhou ao não incluir uma questão sobre uma possível remuneração extra para o grupo de assalariados, seja em forma de produtividade, seja em forma de gratificação.

TABELA 10
Perfil dos trabalhadores do *Shopping* Oiapoque (2006)
Satisfação com o trabalho atual

	%
Muita satisfação	50,7
Pouca satisfação	18,8
Nenhuma satisfação	7,2
Sem declaração	20,3
Outros	2,9
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

No entanto, a Tabela 11 aponta, apesar das restrições, para algumas causas da satisfação com o trabalho no Oi. Enquanto para os antigos camelôs o principal motivo de escolha do trabalho foi a dificuldade de ingressar no mercado formal (47,1%), no caso dos trabalhadores do Oi apenas 30% apontam tal motivo. Melhor remuneração junto com autonomia formam o maior percentual, ou seja, a maioria das pessoas trabalhava no Oi por opção. É preciso ressaltar que a precarização do trabalho ocorrida nos anos 1990 (POCHMANN, 2001) atingiu tanto o setor informal quanto o formal, o que pode ter influenciado na escolha e opinião dos entrevistados.

TABELA 11
Perfil dos trabalhadores do *Shopping* Oiapoque (2006)
Motivo de escolha do trabalho atual

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

	%
Independência/Negocio próprio/Não ter patrão/Horário Flexível	22,9
Melhor remuneração	24,3
Não conseguir emprego/dificuldade no mercado de trabalho	30,0
Motivos familiares	5,7
Outros	17,1
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Já em relação às horas diárias de trabalho, observa-se uma situação similar à dos antigos camelôs, ou seja, uma jornada superior a oito horas diárias para a maioria dos trabalhadores, como mostra a Tabela 12:

TABELA 12
Perfil dos trabalhadores do *Shopping* Oiapoque (2006)
Horas trabalhadas diariamente

	%
Menos de 6 horas	5,5
6 a 8 horas	20,0
8 a 10 Horas	52,7
Mais de 10 horas	21,8
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Por fim, ao serem indagados sobre a perspectiva em relação ao mercado de trabalho, percebe-se que, mesmo com todo o otimismo demonstrado anteriormente, havia uma forte expectativa de mudança em relação ao trabalho que executavam. Ou seja, é possível dizer, a partir dos dados da Tabela 13, que também no Oi se verifica uma parcela de trabalhadores que flutua entre a informalidade e o mercado formal, dependendo do contexto econômico.

TABELA 13
Perfil dos trabalhadores do *Shopping* Oiapoque (2006)
Perspectiva em relação ao mercado de trabalho

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

	%
Continuar na situação que está	35,7
Encontrar um emprego de carteira assinada	22,9
Fazer concurso público	10,0
Abrir seu próprio negócio	15,7
Outros	10,0
Autônomo / Conta própria	5,7
Total	100,0

Fonte: Projeto Globalização dos Excluídos, 2006.

Percebe-se, a partir não somente dos dados apresentados, mas também por meio entrevistas não relatadas aqui com maior detalhamento (JESUS, 2011), que o processo de criação e efetivação do Código de Posturas 2003 alterou significativamente não só a paisagem da área central, mas também os sujeitos trabalhadores que atuavam no comércio popular. Se o antigo camelô absorvia em seu trabalho uma cultura da rua, não institucionalizada pelos meios burocráticos tradicionais, o trabalhador/empreendedor do *shopping* popular tem características distintas. Em grande parte, o comércio informal de rua, estabelece relações territoriais que, apesar de toda a sua diversidade, delimitam o espaço central e limitam seus usos.

As relações territoriais impõem mudanças mais expressivas na paisagem da área central a partir dos anos 1980, e os camelôs têm uma participação importante nesse processo. A fixação dos camelôs em pontos específicos e a proliferação de tabuleiros montados nas ruas da cidade deram grande visibilidade para tais trabalhadores. Visíveis também ficaram as contradições entre trabalho formal e informalidade, precariedade, insegurança, desemprego – termos imprecisos para qualificar os camelôs, mas que se tornaram quase sinônimos da profissão. Para ir além dos rótulos simplistas, é preciso entender a mudança nas formas de ocupação espacial dos camelôs como expressão da luta por obtenção de capital material (renda) (BOURDIEU, 2009).

Sendo assim, é inegável que a criação do Shopping Oi promoveu uma mudança positiva na paisagem e nos usos em seu entorno. Ainda que a decadente zona boêmia tenha permanecido com seus personagens nem sempre bem vistos pela sociedade, houve uma mudança radical no

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

perfil dos frequentadores daquele lugar, uma vez que a classe média tornou-se cliente do Oi. É possível encontrar no Oi uma diversidade de mercadorias que vai bem além dos famosos eletroeletrônicos. Nos diversos *boxes* são oferecidos produtos religiosos, brinquedos de plástico e eletrônicos, roupas esportivas, sapatos e tênis, material de pesca, bijuterias, malas e bolsas, relógios, perfumes, dentre outros. Muitos produtos são cópias quase que idênticas de marcas famosas, e a diferença de preço do “genérico” para o original é muito grande. Tornou-se fato comum parte da classe média procurar o Oi para comprar falsificações bem feitas. Mudou-se a paisagem e os personagens, porém a informalidade (trabalho e comércio) ainda é marca do comércio popular.

A informalidade torna-se ao mesmo tempo uma forma de sobrevivência, um meio de vida e também experiência de consumo em larga escala. Se havia, ao longo das décadas de 1980 e 1990, a esperança de surgimento de uma *outra economia* (SOUZA SANTOS, 2002; VIEITEZ, 1999; SINGER, 2001; dentre outros), tais expectativas foram gradualmente deixadas de lado não só pela retomada do crescimento e diminuição do desemprego. Há no processo de criação do shopping popular uma escolha pela manutenção das formas de subcidadania (SOUZA, 2003), através da massificação e legitimação do consumo paralelo. Nesse sentido, a atividade que atualmente se desenvolve fora da rua é apresentada pelo poder público como solução exemplar dos problemas de degradação da área central. No entanto, um olhar mais atento do cotidiano do Shopping Oi permite perceber a continuidade de uma complexa trama entre informalidade e ilegalidade, como observa Livia Souza Lima em recente análise:

Assim, apresentaram-se predicados que indicavam a construção de um mercado multifacetado no qual ilegalidade e legalidade misturam-se, bem como formalidades e informalidades passam a ser dificilmente distinguidas, características essas, marcantes dos porosos limites que contornam os chamados ‘bazares’. Destarte, foram ressaltadas a presença simbólica de alguns atributos de formalidade e legalidade, tais como os seguranças da iniciativa privada, caixas eletrônicos, contrato de locação, etc., enquanto em sentido oposto salientou-se a precariedade das relações de trabalho, a falta de uma fiscalização eficiente, a venda de produtos de origem duvidosa, entre outros atributos que mostravam a informalidade e ilegalidade do Oiapoque.

Ao final desse ponto da pesquisa, o que sobressaiu foi que, com exceção dos aparelhos eletrônicos e da segurança privada, os atributos atrelados a uma aparente legalidade/formalidade são facilmente deslocados para informalidade/ilegalidade. Pois contratos de locação e de trabalho não são respeitados, a presença dos fiscais da

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

prefeitura não representa uma real fiscalização do comércio, mas tão-somente a indicação de que, a qualquer momento, esta pode utilizar-se do seu poder de polícia administrativa para realizar algum ato que seja necessário, e mesmo, não se identifica uma concreta postura do judiciário na coibição dos delitos que são denunciados. (LIMA, 2011, p. 140-141)

Considerações Finais

O argumento de que a história do *Shopping Oi* condicionou a criação do mito do *shopping* popular fundamenta-se no fato de que as características apresentadas acima não se reproduzem nos outros empreendimentos. A bem-sucedida trajetória do Oi coincidiu com a retomada do crescimento econômico brasileiro, o que amenizou os desconfortos do desemprego da década de 1990 e os impactos da retirada dos antigos camelôs das ruas. Fica claro, a partir da leitura dos dados acima, que os relatos dos entrevistados de que poucos camelôs permaneceram nos *shoppings* podem ser generalizados. Nas várias visitas ao Oi, foi possível visualizar a prevalência de grupos de chineses em determinados corredores, empreendedores com sistemas sofisticados (em comparação com os antigos camelôs) de administração etc. Com isso não se pretende dizer que o antigo camelô fosse incapaz de se adaptar à nova realidade dos *shoppings*. Alguns entrevistados ainda permaneciam trabalhando no *shopping*, porém esse foi o destino da minoria. Longe de querer qualificar o camelô como vítima de um processo, não se pode deixar de dizer que, ao acreditar no mito do crescimento econômico, os camelôs foram deixados à sorte do mercado, reproduzindo, assim, a estrutura social vigente.

Novas questões emergem a partir do quadro descrito. Se o mercado formal é incapaz de absorver todos os trabalhadores brasileiros, quais têm sido as políticas públicas direcionadas à informalidade? De que forma os camelôs contribuíram para a criação de um consumo de massa das subclasses (nos termos de Jessé de Souza)? Qual a relação entre consumo de massa e consumo do espaço? De que forma as relações espaciais estabelecidas pelos camelôs relacionam-se com a luta de classes?

Nesse sentido, a atividade do camelô pode ser compreendida não só como uma forma de sobrevivência econômica, mas também como afirmação social, pois o olhar do camelô revela

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

não uma vítima, mas um sujeito em busca de algum lugar. Isso não quer dizer que a experiência social do sujeito camelô seja isenta de dor, ou seja, não há dúvida de que a sua inserção no circuito econômico é também uma inserção marginal na estrutura social. Se os camelôs se constituem economicamente a partir da relação com o espaço físico do centro da cidade e seus fluxos, constituem-se também, e fundamentalmente, a partir dos espaços sociais estabelecidos.

Bibliografia citada

BARBOSA, L. M. & ANDRADE, F. C. D. *Diagnóstico demográfico e ocupacional dos camelôs em Belo Horizonte*. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2000/2000/DRUMOND.pdf>. 1999.

BOURDIEU, Pierre; TOMAZ, Fernando. *O poder simbólico*. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Blandina Mara de Lima *et al.* A globalização dos excluídos. *Iniciação científica Newton Paiva 2005-2006*, Belo Horizonte, n. 7, 238p, 2006.

JESUS, A geografia urbana do camelô belo-horizontino. 2011. 229 p. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

JESUS, C. R.; SANTOS, I. R. T.; NOGUEIRA, M. L. M.; SOARES, R. S. A invisibilidade do óbvio: política na praça pública, 2010. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_3/abep2010_2547.pdf. Acesso em: 17 jul. 2011

LIMA, L. S. *Nas teias do ilegalismo: o shopping popular Oiapoque*. 2011. 206 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 10 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

NEVES, M. A. Trabalho e cidade: os camelôs e a construção dos shoppings populares em Belo Horizonte. In: CUNHA & LAUDARES. *Trabalho: diálogos multidisciplinares*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

POCHMANN, M. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alteridades*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUSA SANTOS, B. (Org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

VIEITEZ, C. G. & Dal Ri, N. M. A economia solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil. In: *Economia solidária – o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.